

A ARTICULAÇÃO NACIONAL/REGIONAL E AS ORIGENS DA “REVOLUÇÃO DE 30”

Pedro Cezar Dutra Fonseca*

1. A questão sobre as origens da “Revolução de 1930

Um desafio para o entendimento da chamada “Revolução de 1930”, movimento que inaugura o período de Getúlio Vargas na Presidência da República no Brasil, na qual permaneceu por quinze anos, é explicar suas articulações regionais, principalmente no Rio Grande do Sul, de onde partiu o levante armado. Como é por demais conhecido, a década de 1930 representou uma mudança significativa na sociedade e na economia brasileira, substituindo um modelo econômico centrado na exportação de uns poucos produtos, principalmente café, para uma sociedade marcadamente urbana, com maior centralização político-administrativa no Governo Federal e gradualmente deslocando o “centro dinâmico” – para usar a expressão consagrada por Celso Furtado (1977, p. 195) - de sua economia para a indústria voltado ao mercado interno, ensejando o processo de substituição de importações (PSI). Como segmentos de elites regionais tidas como “periféricas” – Vargas do sul e João Pessoa, da Paraíba, que compunha com ele a chapa derrotada nas urnas, a Aliança Liberal -, tiveram força política para vencer a política consolidada por décadas de hegemonia paulista/mineira? Por outro lado, o caráter “modernizador” e industrializante das décadas após 1930, com medidas de envergadura como a legislação do trabalho e as primeiras estatais – Vale do Rio Doce e Companhia Siderúrgica Nacional – poderiam ter partido da liderança desses segmentos, nitidamente “agrários”? Parece que a lógica

* Professor Titular do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e Pesquisador do CNPq. Agradeço a colaboração do bolsista de Pesquisa PIBIC/CNPq Jorge Armindo Aguiar Varaschin.

Publicado em: RANINCHESKI, Sonia et alii (org.). *Economia Brasileira em Perspectiva Histórica*. Brasília, Verbena, 2011. p. 27-42.

inverteu-se: o razoável seria esperar-se que tal projeto partisse de São Paulo, onde as relações capitalistas e a indústria se encontravam mais desenvolvidas – ou, como diria Florestan Fernandes (1981), a “Revolução Burguesa” e a ordem competitiva se encontravam em fase mais avançada.

Neste artigo volto a tratar desse tema, já objeto de trabalhos anteriores (Fonseca, 1987, 1999). Em parte a motivação deve-se ao comentário de Boris Fausto (1988, p. 24) sobre o primeiro deles – o livro “Vargas: o Capitalismo em Construção”. Fausto destacou que nos capítulos referentes aos anos 30 encontrara o entrosamento entre as perspectivas regional e nacional, ao afirmar que a “sugestiva análise” contribuíra para decifrar o “misterioso salto de Getúlio Vargas, do quadro da velha política oligárquica a dirigente da nova ordem” e com isso “indicando como a proteção ao mercado interno e a diminuição da ‘excessiva dependência’ do capital estrangeiro, implicando a intervenção do Estado no campo econômico, eram temas familiares à chamada ‘geração de 1907’¹, a qual acabou por predominar no Partido Republicano Rio-Grandense” e encampar a formação da Aliança Liberal e da “Revolução de 1930”.

Dentro da preocupação predominante à época entre intelectuais e analistas do período, tentava-se, sob certa influência marxista ou mesmo weberiana, decifrar quais classes e segmentos sociais lideraram a “revolução” – e, em decorrência, os que se opuseram. Em certo sentido, o debate foi com o próprio Boris Fausto, que elegantemente elogiou o trabalho a despeito de certa crítica. Na verdade, sempre considerei sua tese como a mais esclarecedora e apropriada no que diz respeito à participação das classes e demais segmentos sociais na “Revolução de 1930” (Fausto, 1983). O trabalho, ao mostrar o comportamento das entidades empresariais paulistas, como a FIESP, em apoio à chapa de Julio Prestes, sepultava definitivamente as teses do marxismo oficial do PCB, então muito difundidas, que a consideravam como “a” revolução burguesa brasileira em contraposição à oligarquia feudal ou pré-capitalista associada ao imperialismo. Fausto mostrara com maestria que nem a burguesia participara como classe da “revolução” nem mesmo o Partido Democrático de São Paulo era “moderno” e anti-oligárquico. Tratou-se mais de um golpe de estado do que de uma revolução (e sob esta influência sempre usei

¹ Expressão usada por J. Love (1975, p. 233-4) para designar a geração de jovens estudantes da Faculdade de Direito de Porto Alegre da qual Vargas pertenceu. Muitos deles destacaram-se na política mais tarde, além de Vargas, como João Neves da Fontoura, Maurício Cardoso, Osvaldo Aranha, Flores da Cunha e Lindolfo Collor. Participavam ativamente do PRR, colaboravam com artigos no jornal oficial do Partido, *A Federação*, e fundaram na faculdade outro periódico para divulgar as idéias positivistas, *O Debate*.

este termo entre aspas ao longo do trabalho), levado a cabo pelas oligarquias dissidentes não cafeicultoras, cujas motivações não se reduziam a interesses econômicos “de classe”, posto que permeados por motivações de ordem estritamente política, inclusive com as clivagens regionais marcantes do quadro partidário da época.

Todavia, restava a questão: quem Vargas representava como político, que segmentos sociais formaram a Aliança Liberal e estiveram à frente dos acontecimentos de 1930? Se restara indiscutível que a chapa situacionista de São Paulo contava com o apoio dos setores economicamente mais fortes desse estado e, portanto, do país, seria a chapa oposicionista antiburguesa, ou contrária à industrialização, já que encabeçada por oligarquias mais fracas e, supostamente, mais “atrasadas”? Como explicar, então, todas as mudanças verificadas na década de 1930 em direção justamente oposta ao regionalismo, às “oligarquias” e à predominância agroexportadora? Que sentido captar nos discursos de Vargas e nos atos que os mesmos justificavam e enalteciam? Responder que era membro de uma oligarquia regional dissidente pouco esclarecia, mesmo a lembrar que esta ensaiara, ao longo da Primeira República, mais de uma vez, alternativas de poder à hegemonia civil paulista, em aliança com os militares e com políticos de outros estados (como em 1910 com o Marechal Hermes da Fonseca, que venceu Rui Barbosa, e em 1922 com Nilo Peçanha, então derrotado por Artur Bernardes, este com apoio de São Paulo e Minas Gerais). Esta articulação de “oligarquias regionais” com aproximação maior ou menor com segmentos do exército já se manifestara, portanto, *ab ovo* e ora voltava à cena, embora dessa vez com bom respaldo entre os principais caciques políticos de Minas Gerais, descontentes pela imposição por parte de São Paulo de mais um nome deste estado à sucessão, rompendo o rodízio estabelecido em pacto de cavalheiros.

Para decifrar o enigma e propor uma interpretação mais precisa para a questão, dois passos foram importantes, mesmo que *ex post* óbvios: entender que a categoria teórica “burguesia” não se restringia ao empresariado industrial e que oligarquia não é classe social, posto que fenômeno provindo de uma tipologia de dominação, portanto originariamente político. Desta forma, a chapa Vargas/João Pessoa era *ao mesmo tempo burguesa e oligárquica*, adjetivos não excludentes no contexto brasileiro da época, mesmo que nela se possa detectar a hegemonia de interesses agrários voltados ao mercado interno, ou desvinculados da cafeicultura (com exceção do PD paulista). Não se tratava nem mesmo de argumentar que a “revolução” era burguesa *a despeito* de ser oligárquica, como propusera Décio Saes (1985, p. 83). A locução

adversativa desta interpretação explicitava o entendimento então dominante de que as oligarquias teriam de ser agrárias, ao passo que a burguesia seria industrial, restringindo-se, conscientemente ou não, a abrangência do termo – com a implicação teórica de que só os empresários industriais poderiam ser considerados “burgueses”, “modernos”, “empreendedores”, etc. Ora, também no Rio Grande do Sul já eram dominantes as relações capitalistas nas primeiras décadas do século XX, em termos estritamente ao gosto da literatura marxista mais rigorosa, seja no campo agropastoril, da pecuária e das charqueadas, seja na emergente sociedade colonial dos imigrantes, sem contar a expansão das atividades urbanas de comércio, indústria, bancos e serviços (e, caso queira se acrescentar, as greves operárias, como as de 1917). Os tais políticos “oligarcas” representavam esses interesses diversificados – que nada tinham de feudais ou de pré-capitalistas.

Em dois artigos posteriores aprofundi esta análise, ambos publicados na revista *Estudos Econômicos do IPE/USP*: em 1985, “*A Transição Capitalista no Rio Grande do Sul: a Economia Gaúcha na Primeira República*” (v. 15, n. 2) e, em 1999, “*A Gênese Regional da Revolução de 1930*” (v. 29, n. 1). No primeiro, o propósito foi mostrar que o período da Primeira República fora de grande expansão para a economia gaúcha, como de resto se observa em outros estados do país, como São Paulo e Rio de Janeiro. Ao contrário do Império, em que se especializara na economia pecuária - com seus principais subprodutos, charque e couros – o período republicano foi marcado pela diversificação econômica, principalmente ao norte do Estado, com a presença do imigrante alemão e italiano e em pequenas propriedades. Nesta região colonial, a criação de suínos associou-se à cultura do milho e à industrialização da banha, cuja produção quadruplicou entre 1888 e 1896 e as exportações multiplicaram-se por 8 entre 1907 e 1927. O censo de 1920 faz jus ao título de “celeiro do Brasil”: o Rio Grande do Sul aparece como o primeiro produtor nacional de lã, batata, cera, manteiga, trigo, mel e vinho; o segundo de farinha de mandioca e fumo; o terceiro de arroz, feijão, milho, mate e polvilho. Destacava-se, ainda, na produção de cevada, aguardentes, alfafa, mandioca, uvas e lentilha. Essa produção destinava-se principalmente ao mercado interno nacional. Quanto ao segundo artigo, recupera-se a seguir seus principais argumentos, na tentativa de ensaiar respostas às questões formuladas.

2. Vargas e articulação regional/nacional

A “Revolução de 30” pode ser considerada, sob vários aspectos, a primeira revolta ou movimento armado da história do Brasil com características marcadamente nacionais. Evidentemente que rupturas na ordem estabelecida, como a Independência, a Abolição e a Proclamação da República, tiveram conseqüências de alcance nacional, e as contestações proliferavam pelas províncias; entretanto, a articulação principal, responsável pelo estopim de cada movimento e sua vitória, teve como palco principal o Rio de Janeiro. Seja pela extensão territorial do país seja por motivações encontradas em sua organização econômica, social ou política, os movimentos e “revoluções” não se conseguiam generalizar pelo país, mesmo que suas palavras de ordem fossem de alcance nacional, indo além de reivindicações locais ou particularistas. Encontram-se exemplos disto tanto no período colonial (Emboabas, Beckman, Inconfidências Mineira e Baiana, Confederação do Equador), como no Império (Cabanagem, Guerra dos Farrapos, Sabinada, Praieira) e na Primeira República (Revolta da Armada, Revolução Federalista).

A “Revolução de 30”, não obstante, foi nacional não apenas em suas propostas e conseqüências. A articulação tanto da chapa Vargas-João Pessoa, a Aliança Liberal, como do levante armado para derrubar o governo de Washington Luís, partiu dos estados descontentes, mas logo dividiu Minas Gerais, que até então vinha compondo o pacto hegemônico com São Paulo, e encontrou adeptos até em São Paulo, no Partido Democrático e nas populações urbanas que, segundo relatos, saudavam entusiasticamente os aliancistas quando da campanha eleitoral. Finalmente, o apoio do Exército, instituição marcadamente de caráter nacional, foi fundamental para a vitória da “revolução”, embora os militares pouco tenham participado do começo das articulações, quando da formação da Aliança Liberal, então sob a liderança de políticos civis.

Há praticamente consenso entre os analistas de que a partir de 1930 a economia brasileira passou por expressivas mudanças, aprofundando sua industrialização (11,2% de taxa de crescimento da indústria entre 1933 e 1939), incentivando a diversificação agrícola e as exportações, visando diminuir o peso da cafeicultura, ao criar vários mecanismos e órgãos dentro do aparelho do Estado para organizar, dirigir e executar políticas públicas muito além das admitidas pelo liberalismo clássico. O Estado Novo, a partir de 1937, aprofundou tal intervencionismo, defendendo a interferência do Estado na questão social e na organização sindical, tanto do trabalho como do capital, e pretendeu impessoalizar a ação estatal ao criar e fortalecer um setor burocrático contratado por concursos públicos (DASP), diminuindo o peso

das nomeações políticas, prática corrente desde o período colonial. Na época, isto significava “modernização”, como explorava o discurso oficial: o Brasil lutava para entrar em pé de igualdade com as nações mais fortes (industrializadas), abandonando o atraso, o coronelismo e a ignorância, estes associados ao passado agrário, assentado no latifúndio e na monocultura.

Antes de demarcar os fatores estruturais e os condicionantes econômicos e políticos que ajudam a explicar por que a “Revolução de 30” partiu do Rio Grande do Sul, vale relembrar alguns aspectos relativos à figura de Vargas. Salta aos olhos, então, que aquela imagem de elite atrasada, coronelista, oligárquica e retrógrada não pode lhe ser associada de imediato, a não ser que se façam várias qualificações para evitar o mais vulgar equívoco metodológico: o da generalização apressada. Cabe registrar, neste sentido, que Vargas nunca foi liberal; ao contrário, sempre que se referia ao liberalismo, mesmo antes de assumir a Presidência da República, o fazia em sentido crítico. Não há um discurso, artigo ou manifestação sua que lembre sequer simpatia a qualquer autor liberal, seja na política (como Locke, Montesquieu ou Rousseau, por exemplo) ou na economia (como Smith, Say e Ricardo, para ficar nos clássicos). As referências, ao contrário, foram sempre críticas, associando o liberalismo à ideologia dos países ricos, em nível internacional, e dos proprietários de terra, internamente. A filiação ideológica de Vargas desde jovem foi ao positivismo, ideologia oficial do Partido Republicano Rio-Grandense – PRR. Seu pai, Manuel do Nascimento Vargas, destacara-se na Guerra do Paraguai e fora um dos mais ardorosos defensores da república em São Borja. Nesta cidade, como em todo o Estado, as elites dividiram-se, a partir da década de 1870, entre liberais, comandados por Gaspar Silveira Martins, o maior político gaúcho do Império, e republicanos. Gestava-se a divisão radical do Rio Grande do Sul presente na Revolta de 1893 entre chimangos (os republicanos) e maragatos (os federalistas, defensores do parlamentarismo e, segundo os adversários republicanos, da monarquia, dos quais se originou o futuro Partido Libertador, de ideologia mais próxima ao liberalismo).

Desde cedo Vargas tomara contato com Comte e com as idéias básicas do positivismo político. Nunca chegou a ser freqüentador da Religião da Humanidade, e praticamente nenhuma influência do positivismo religioso nota-se em seus discursos. Entretanto, idéias evolucionistas, com cunho materialista suficiente para se perceber a origem, mas sem comprar uma briga com a poderosa e conservadora Igreja da época, bem como a defesa da intervenção estatal para proteger a indústria e as atividades econômicas, criando condições para que a sociedade progredisse,

sempre estiveram presentes. Para escândalo da época, em que a população majoritariamente católica aprendia desde cedo que o protestantismo confundia-se com algo diabólico, deu o nome de Lutero a seu primeiro filho. Já quando estudante criticava o fato de o Brasil ter de comprar no exterior manufaturados produzidos com as próprias matérias-primas que exportava. Na qualidade de deputado estadual, durante a Primeira República, inúmeras vezes explicitou a necessidade da industrialização e a convicção de que esta não ocorreria pelo simples jogo de mercado (Fonseca, 1987, p. 35, 61-72).

Ao assumir a Presidência do Rio Grande do Sul, em 1929, depois de ter sido Ministro da Fazenda de Washington Luís, um de seus primeiros atos foi criar um banco estatal - o Banco do Estado do Rio Grande do Sul -, cujo objetivo declarado era financiar a produção, atuando suplementarmente à iniciativa privada. Nesta época, ao justificar a iniciativa, nela reflete sua perfeita sintonia com o capitalismo moderno, defendendo o crédito como fator primordial para alavancar o desenvolvimento. A partir daí, esta palavra permaneceu para sempre em seus pronunciamentos, evidenciando a mudança das relações entre Estado e economia da Primeira República para o período que a sucedeu. Há no final da década de 1920 um gradual desapego de Vargas ao positivismo; nascia o *desenvolvimentismo* como corrente de idéias influenciadora de ações de política econômica e de medidas de intervenção estatal visando à industrialização acelerada, através da qual se acenava para um futuro promissor, com a superação do “atraso brasileiro” (que mais tarde, na linguagem cepalina, tornar-se-á *subdesenvolvimento*), menos subordinado à divisão internacional do trabalho e desigual do ponto de vista social (Fonseca, 2004).

Considerar essa elite atrasada do ponto de vista intelectual é um equívoco. Os filhos das famílias mais importantes iam estudar no exterior ou nas melhores escolas do país, como em Recife, São Paulo e Rio de Janeiro. Vargas estudou em Ouro Preto. Já nos preparatórios (curso anterior à faculdade), lia latim e francês, línguas básicas no ensino da época, centrado na formação humanística para quem, como ele, iria cursar Direito. Seus autores prediletos eram St. Simon, Charles Darwin, Herbert Spencer e Émile Zola (Brandi, 1985, p. 24). Estas preferências nada têm a ver com cultura bacharelesca de cunho francês enaltecida do liberalismo formal, tão presente em outros pontos do país. Refletem a sintonia com o cientificismo do século XIX, com a analogia entre a sociedade e os organismos vivos, com a concepção de direito fundada na luta pela sobrevivência e não no jus-naturalismo, com uma concepção de economia que entendia a

fórmula do *laissez-faire*, *laissez-passer* como metafísica e ultrapassada; era preciso que o governo fosse atuante para “ajudar” a sociedade em sua “marcha para o progresso”. St. Simon, mestre de Comte e considerado por Engels, não sem certo exagero, como um dos antecessores de Marx, denunciava as crises freqüentes que estavam sujeitas as economias guiadas pelo mercado, considerando-as irracionais, e propunha um estado ativo, dirigido pelos cientistas, técnicos e inventores, e não por políticos. Em outro trabalho, procurei mostrar que muitas idéias consagradas pelos economistas cepalinos, consideradas mais tarde modernas e até vanguardistas, já estavam no discurso de Vargas mesmo da Primeira República; são exemplos a divisão internacional do trabalho perversa à periferia, a perda dos termos de intercâmbio para os países com especialização agrícola e a impossibilidade de a industrialização latino-americana ocorrer sem ação estatal deliberada (Fonseca, 2000).

Corre-se o risco, ao se salientar esses traços biográficos de Vargas, que ele seja visto como uma exceção, algo entre o exótico e o visionário. Mas à parte sua reconhecida capacidade no jogo da política, nada havia de excepcional. Nunca fora estudante brilhante; não concluiu os estudos em Ouro Preto por se envolver em uma briga; decidido seguir carreira militar, iniciou seus estudos na Escola Preparatória e de Tática de Rio Pardo (RS), de onde foi excluído após dois anos de estudo. Mas dois fatos atestam, desde essa época, sua liderança no meio acadêmico: foi aclamado pelos colegas estudantes para saudar, em 1906, o recém eleito Presidente da República Afonso Pena, em visita ao Rio Grande do Sul; e, no ano seguinte, em sua formatura, foi escolhido como orador da turma.

Vargas certamente destacava-se no grupo, mas esse era composto por jovens com formação, idéias e propostas semelhantes às suas. Políticos influentes já ao final da década de 1920, passaram à oposição depois de sempre terem sido ferrenhos defensores do situacionismo. Por que essa mudança?

3. O contexto político

Para se definir em largos traços a posição política do governo do Rio Grande do Sul na Primeira República, não se pode perder de vista que nem sempre havia sintonia entre ele o governo federal. O presidencialismo consagrado na constituição de 1891, somado à “política dos

governadores” em prática a partir de Campos Sales, normalmente assegurava (o que não significa obviamente um monopólio) aos dois estados mais importantes, São Paulo e Minas Gerais, a cabeça do poder executivo federal. A divisão política do Rio Grande do Sul, praticamente único estado com oposição forte – capaz de pegar em armas contra o governo estadual por duas vezes, em 1893 e 1923 -, consistia obstáculo que se revelou na prática intransponível para pleitear a Presidência da República. Terceira força, como consagra a literatura, mas dividida, a representação gaúcha do PRR nunca conseguira falar em nome do estado como um todo, ao contrário das outras representações republicanas estaduais.

A política de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, líderes mais destacados do PRR nesse contexto muitas vezes hostil, foi denominada por alguns de seus críticos, com forte ironia mas sem certa dose de razão, de isolacionismo. Pinheiro Machado, ao contrário, fazia a política de equilíbrio entre as diversas oligarquias estaduais no Senado, casa que, por possuir idêntica representação por unidade federativa, permitia a aliança entre os gaúchos e os estados menores contra o executivo. Certa vez, perguntado a Vargas qual o político que mais o influenciara, citou dois nomes: Júlio de Castilhos e Pinheiro Machado – adiantando a postura não apenas sua, mas da “geração de 1907”, de que a fragilidade do Rio Grande do Sul nos quadros da política brasileira provinha da postura de fechar-se em si mesmo, dando às costas à política nacional (Silva, 1965, p. 18).

Ficava claro, entretanto, que o pacto político que assegurava a hegemonia das oligarquias mais importantes começava a balançar na década de 1920. O intervencionismo para garantir os preços do café no mercado internacional aprofundava-se e executava-se cada vez com maior frequência. A convicção de que o café sustentava o Brasil transformava-se em seu oposto: a economia cafeeira “socializa os prejuízos”, era a voz corrente – síntese de uma postura consagrada posteriormente por Celso Furtado, na Formação Econômica do Brasil (1977).

A década de 1920 foi rica em movimentos políticos de contestação ao situacionismo, com inúmeros fatos sintomáticos da crise da hegemonia cafeeira paulista. Em 1922, aparecem duas candidaturas para a disputa presidencial: Artur Bernardes, mineiro, candidato oficial, e Nilo Peçanha, carioca, apoiado pelo PRR. A falta de consenso levou a uma eleição *disputada* (assim denominavam-se as eleições em que, não sendo possível um consenso *a priori*, havia realmente disputa, ilustrando uma das faces oligárquicas do sistema político) embora a prática

política vigente e a sistemática de eleição, sem voto secreto e justiça eleitoral, pouca chance dessem à oposição. Artur Bernardes vitorioso, governou todo seu quadriênio (1922-26) com estádio de sítio, ou seja, com as garantias constitucionais clássicas suspensas. A eleição mostrou uma divisão séria entre as oligarquias estaduais, e a derrota da candidatura de Nilo Peçanha animou a oposição maragata, agora engrossada por republicanos dissidentes, a pegar em armas contra nova reeleição de Borges de Medeiros, o que era permitido pela Constituição, desde que obtivesse três quartos dos votos.

O movimento expressava o descontentamento de parte dos civis, mas radicalizava-se na jovem oficialidade do Exército. Sem ideologia bem definida – o tempo encarregar-se-ia de mostrar que havia tenentes tanto fascistas como comunistas, pró e contra Vargas, embora geralmente tivessem em comum o antiliberalismo, em sintonia com as idéias autoritárias e totalitárias internacionalmente dominantes no período entre-guerras. Mas representavam uma força política não desprezível: a inexistência de partidos nacionais, a disciplina e o debate intelectual, inclusive pela influência do positivismo nas altas patentes e entre professores dos colégios militares, conferiam às forças armadas peso significativo, manifesto na tensão entre civilismo e militarismo, como na já mencionada candidatura de Rui Barbosa, baiano mas com apoio paulista e mineiro, contra Marechal Hermes da Fonseca, gaúcho e com apoio do Exército, na eleição também disputada de 1910. Esta polarização remonta à Proclamação da República, já que esta fora vitoriosa por um golpe militar e desta corporação saíram os dois primeiros presidentes, Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Na década de 1920, essa tensão latente ficava cada vez mais aberta: o levante do Forte de Copacabana, de 1922, e a Coluna Prestes, que saiu de Santo Ângelo (RS) em 1924, são dois exemplos não só do descontentamento de parcelas dos militares contra o governo, mas da impossibilidade de este ser canalizado pela via legal: a saída encontrada era a insurreição.

Diante disso, a reposta do governo foi o estado de sítio. E a repressão associou-se à proposta de reforma constitucional, finalmente realizada em 1926, pela qual aumentavam as possibilidades de intervenção federal nos estados – as salvações.

Mas o crescimento das oposições, na década de 1920, foi além do descontentamento de atores já integrados à política brasileira, os civis “oligarcas” e os militares, mas incorporou novos segmentos sociais, emergentes com a industrialização e com a urbanização, como

operários, comerciários, bancários, caixeiros, profissionais liberais e burocratas. Há exemplos de que os partidos tradicionais não eram impermeáveis ao ingresso de elementos destas camadas - e principalmente dos profissionais mais graduados, os quais assumiam a ideologia e a prática política vigentes; a exclusão não era de indivíduos, mas de novas idéias e de novas práticas políticas, em luta por espaço de expressão e de representação que viesse ao encontro do reconhecimento da complexidade social urbana. O movimento operário, inclusive devido a imigração alemã e italiana contou com forte presença anarquista. Em 1922 foi fundado o Partido Comunista do Brasil e, em 1928, o Bloco Operário e Camponês (BOC), ambos com influência marxista.

Configura-se, portanto, um quadro de deterioração cada vez maior do pacto político, frente à dificuldade de este absorver dentro de si as oposições dos mais diversos matizes que iam aparecendo e se fortalecendo. No próprio estado de São Paulo, o surgiu o Partido Democrático (PD) em 1926, dissidência do Partido Republicano Paulista (PRP) que apoiou Vargas na formação da Aliança Liberal e, ao contrário do que possa sugerir, contava em seus quadros com políticos vinculados à tradicional cafeicultura, descontentes com os rumos do PRR (cujos dirigentes cada vez eram mais vinculados a atividades urbanas, como industriais, comerciantes, importadores e financistas, e menos ligados diretamente à cafeicultura). Não há dúvidas de que se o governo e o pacto político em vigor estavam enfraquecidos, por outro lado contavam a seu favor com a fragmentação dos opositoristas, cuja diversidade dificultava – e de fato impediu – a união em torno de um programa comum, como mostra a tentativa frustrada de aproximação dos civis gaúchos com o tenente Luís Carlos Prestes, ainda não adepto do comunismo. Os tenentes não participaram da formação da Aliança Liberal, ocorrida no início de 1929; os militares só entraram nos acontecimentos bem após a derrota eleitoral, quando parte dos políticos que a haviam formado optou pela via das armas para derrubar o governo, mas aproximadamente um ano e meio depois, já às vésperas da “revolução”.

Mas se configurava uma vasta gama de possibilidades históricas e um horizonte de expectativas, a lembrar a afirmação de Koselleck (2006, p.308): “As condições da possibilidade da história real são, ao mesmo tempo, as condições do seu conhecimento. Esperança e recordação, ou mais genericamente, expectativa e experiência – pois a expectativa abarca mais que a esperança, e a experiência é mais profunda que a recordação – são constitutivas, ao mesmo tempo, da história e de seu conhecimento, e certamente o fazem mostrando e produzindo a

relação interna entre passado e futuro, hoje e amanhã”. Se o sistema político vigente não foi capaz de absorver em seus quadros os conflitos os novos grupos sociais de forma a permitir sua transformação desde dentro, como é usual na política brasileira, coube a um setor “de dentro” a liderança da formação de novo pacto – o que não foge de todo à mesma regra. De Ministro da Fazenda de Washington Luís e eleito Presidente do Rio Grande do Sul com seu apoio, Vargas transformou-se em líder da oposição, tendo como candidato a vice-presidente o paraibano João Pessoa, que simbolizava a velha aliança gaúcha com os pequenos estados do norte e do nordeste firmada por Pinheiro Machado no Senado Federal. Esta aliança não era novidade, bem como as eleições disputadas; mas três aspectos, pelo menos, diferiam-na das anteriores, e que explicarão sua força: (a) a cisão nas hostes da oligarquia mineira, com a insistência de Washington Luís de impor a candidatura do paulista Júlio Prestes, ferindo o pacto político em vigor. Com isto, políticos conservadores e tradicionalmente vinculados ao *status quo*, como o ex-presidente Artur Bernardes, apoiaram a Aliança Liberal; (b) a união dos gaúchos, resultado da política de aproximação de Vargas com a oposição, ao assumir a Presidência do Rio Grande do Sul, em 1928. Superava-se, pelo menos temporariamente, o histórico conflito entre chimangos e maragatos com o afastamento de Borges de Medeiros do executivo estadual, cláusula estabelecida com o Pacto de Pedras Altas, que dera fim à “Revolução de 1923”; e (c) a “popularização” da campanha da Aliança Liberal, cujos comícios começaram a representar um ensaio de movimento de massas nas maiores cidades, algo não planejado por seus idealizadores (Vargas fizera um pacto secreto, não respeitado, com Washington Luís, de não fazer campanha fora do Rio Grande do Sul, cada um comprometendo-se em apoiar quem fosse eleito). Esse apoio popular expressava um descontentamento represado, por primeira vez capitalizado por uma chapa oposicionista, e serviu posteriormente como argumento para denunciar a eleição como fraudulenta e legitimar o apelo à “revolução”. Por isto esta sempre aparece escrita entre aspas, pois mais se assemelha a um golpe de estado que a uma revolução, termo geralmente empregado para designar rupturas de maior vulto nas estruturas econômicas e sociais, acompanhadas da emergência de novas classes ou segmentos a novas estruturas e pactos de poder.

4. Uma reflexão sobre a economia

Mostrou-se que a política na Primeira República brasileira repousava em um equilíbrio instável e que o Rio Grande do Sul, como “terceira força”, apenas com a formação da

Aliança Liberal, no final da década de 1920, e com as divisões dentro das oligarquias dos estados maiores, São Paulo e Minas Gerais, pôde pretender conquistar a Presidência da República. Mas essas contendas e articulações, com toda a importância que não pode ser menosprezada, certamente não podem ser explicadas restringindo-se a elas mesmas, como se fossem suficientes para explicar toda a marcha dos acontecimentos. Não fere a lógica e o bom senso entender que a ruptura do pacto político dominante tenha aberto espaço para a oposição “de dentro”, o que ocorreu com a Aliança Liberal; e que esta, após derrotada nas urnas, para ascender ao poder por via armada, precisou contar com o Exército, que politicamente fora também afastado do núcleo do poder desde a vitória civil contra Floriano Peixoto, emprestando à Primeira República brasileira algo raro na América Latina: eleições periódicas, com presidentes empossados de 4 em 4 anos, segundo as regras constitucionais, por mais de 30 anos. Ou, conforme Targa: “Foi a união da classe dominante do Rio Grande do Sul que, aliada ao Exército sediado no Estado, e aos tenentes exilados, tornou possível a intervenção da oligarquia gaúcha, do Exército nacional e dos tenentes no poder central da República em 1930, encerrando a República oligárquica e iniciando os 15 anos de Vargas no poder” (Targa, 1996, p. 34).

Isso posto, restaria indagar se havia motivações econômicas não para “explicar” esse comportamento político, como se houvesse uma causalidade linear, mas que evidenciassem o possível entrelaçamento entre economia e política neste contexto histórico, testando se em ambas há uma unidade que faz sentido e é capaz de ser empiricamente detectada. A resposta, para ficar completa, exige o enfoque, mesmo em largos traços, das mudanças verificadas tanto na economia brasileira como na economia gaúcha, as quais evidenciam a existência na década de 1920 de estruturas e problemas econômicos bastante distintos da primeira metade da Primeira República.

Iniciando pela economia brasileira: dentre as várias mudanças ocorridas de um período para outro, duas devem ser mencionadas pela forte relação com a crise política da década de 1920, pois dizem respeito à crise da hegemonia cafeeicultora paulista. A primeira associa-se à incapacidade de manter as taxas de crescimento das exportações de café sem intervenção governamental, e esta que vai gradualmente aumentando ao longo do período, para o que são criados instrumentos centralizadores, como a Caixa de Conversão, em 1906, e a Caixa de Estabilização, de 1926, sem contar os *funding loans*, que iriam aumentar a dívida externa.

A hegemonia cafeeira possuía sustentáculos econômicos muito precisos. No século XIX, associou-se à euforia resultante da conquista de novos mercados e do aumento da área cultivada, da renda e do emprego; esta tendência, no século XX foi substituída por ciclos cuja amplitude é cada vez maior e por taxas vegetativas de crescimento, pois a partir de certo nível a demanda de café no mercado internacional só aumentava com o crescimento populacional. Isto afetava as finanças públicas, por uma razão institucional: enquanto as receitas dos impostos de exportação cabiam aos estados, as relativas às importações consistiam na principal fonte de arrecadação do Governo Federal; indiretamente, portanto, o nível de impostos tinha como uma de suas variáveis explicativas a própria taxa de crescimento das exportações (embora com certa flexibilidade que as políticas monetárias e fiscais poderiam representar). Por outro lado, as oligarquias dos estados menores dependiam da própria política de manutenção de renda do café: se também exportadoras, beneficiavam-se da desvalorização cambial e da oferta monetária da mesma forma que São Paulo; se voltadas ao mercado interno, como é o caso da gaúcha, acabavam atreladas ao próprio sucesso do mercado gerado pela agroexportação. Mas esses laços não eram sólidos e dependiam do próprio ciclo: as crises mais frequentes e profundas geravam descontentamento entre as oligarquias menores, e o Governo Federal, como responsável último pela política econômica, era alvo dos ataques. O federalismo defendido pela bancada paulista por ocasião da primeira constituinte republicana, através do qual se assegurava que as receitas crescentes das exportações de café fossem carreadas para o estado de São Paulo, ficava comprometido em cada política de intervenção em favor do café feita pelo governo. Na eleição disputada de 1922, isto se manifestou na defesa do deflacionismo por parte de Nilo Peçanha, o que significava conter os preços internos e diminuir o impacto das desvalorizações cambiais que “socializavam” os prejuízos do café com o resto da economia, principalmente com o comércio (ou, como preferia o discurso da época, com os consumidores). Essa proposta era rechaçada pelo candidato situacionista Artur Bernardes, que defendia exatamente o oposto. O estado de sítio deste período presidencial não pode ser atribuído apenas aos levantes tenentistas e às revoltas regionais, como a de 1923 no Rio Grande do Sul, mas também à incapacidade de se obter consenso dentro das próprias oligarquias dominantes que, bem ou mal, compartilhavam os poderes nacional ou local desde, pelo menos, o governo de Campos Sales, ao final do século XIX. A reforma constitucional de 1926, ao ampliar os poderes federais sobre os estados, mostra que algo mudara: afinal, como falar em hegemonia quando o uso da força, da violência, das intervenções e da coerção era cada vez mais frequente e decisivo para a manutenção do mesmo grupo dirigente?

Em segundo lugar, cabe mencionar a diversificação da economia brasileira, nas primeiras décadas do século XX, marcadamente com a expansão das atividades urbanas – fábricas, comércio, eletrificação, estradas de ferro, bancos –, com a diminuição relativa do peso do café na economia e o aparecimento de novos agentes econômicos e novos atores sociais. É bem verdade que essa diversificação ocorreu com maior intensidade (embora não exclusivamente) no estado de São Paulo, empolgada pela dinâmica do café; mas, a partir de determinado instante, essas atividades formadoras do complexo cafeeiro foram adquirindo um dinamismo próprio, alimentadas e realimentadas pela economia urbana e pelo comércio interno (Silva, 1976, p. 80-81, 99). Gestavam-se, assim, no interior da Primeira República, as bases materiais do processo de substituição de importações, que norteará a economia brasileira a partir de 1930 e até meados da década de 1970.

Ilustra essas ponderações o fato de, no período de 1889 a 1897, as exportações de café perfazerem 67,6% das exportações brasileiras, participação que caiu para menos da metade, 32,5%, no início da década de 1940. Ao tomar-se por base o índice de 100 para o valor bruto nominal da produção manufatureira em 1907, constata-se que somente para São Paulo ele alcança 890,4 em 1919; para o conjunto da economia brasileira, o índice é menor mas também significativo: 443,3. No mesmo período, mantendo-se o mesmo ano-base, o número de operários vai a 198,6 no país e 375,7 no estado de São Paulo. Na década de 1920, o crescimento da indústria têxtil algodoeira foi de 150%, ao comparar-se a média dos anos 1927-29 com 1919 (Villela, 1973, p. 160; Cano, 1977, p. 279, 292,294). Esses dados certamente ajudam evidenciar as transformações econômicas que vinham ocorrendo e que dificilmente não teriam repercussão política, seja por alterar o peso das diversas frações da classe dominante seja por fortalecer os segmentos assalariados urbanos, proletários ou não, até então com participação marginal na política.

Quanto à economia gaúcha, já se mostrou sua diversificação e também seu crescimento industrial expressivo, conquanto menor que em São Paulo, mas nem por isso menos significativo. Há que contrastar, neste sentido, a quase exclusividade da economia pecuária da metade do século XIX e a perda de seu dinamismo (aproximadamente três quartos das exportações da província deviam-se a charque e couros em 1861, para alcançar apenas um quarto ao final da década de 1920) com o crescimento da economia emergente ao norte do Estado,

especialmente na região serrana, com base na mão de obra imigrante alemã e italiana. Ao chegar ao poder com a proclamação da república, o pequeno PRR passou a adotar uma política de diversificação, criticando o exclusivismo pecuário, assentado no latifúndio e no trabalho agregado, com baixíssima produtividade. Incentivou a atração de frigoríficos estrangeiros depois de frustradas tentativas de formar um com capital nacional. Essa política econômica vinha à tona não apenas como diversificadora, mas como “autonomista” – algo como uma correspondência, na esfera econômica, do federalismo político tão decantado pelos positivistas. Era o isolacionismo de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, tão criticado pela oposição maragata e, mais tarde, pelo Partido Libertador. Esta, com forte base entre os fazendeiros, entendia que o Rio Grande do Sul deveria participar mais da política nacional, já que a ditadura positivista permitia que Borges pudesse fazer tudo dentro de seu estado, mas pouco ou quase nada onde se mais precisava: no mercado consumidor do centro do país. A defesa do parlamentarismo como principal bandeira da oposição não se deve apenas à saudade do Império ou a uma provocação aos defensores do ideal republicano e presidencialista de Comte, mas também à tentativa de compartilhar o poder federal com as oligarquias dominantes nacionalmente (Fonseca, 1983).

Não é difícil entender que a diversificação econômica, ao concretizar-se, gerava o oposto da autonomia ideologicamente explorada pelo discurso oficial. Inicialmente sonhada como forma de deixar a economia menos exposta às crises, como **soe** ocorrer com os sonhos autonomistas, a realidade da tendência de universalização das relações capitalistas impôs-se inexoravelmente. Como? Pelo simples fato de a produção colonial, inicialmente de subsistência, ao expandir-se também ter ido à busca de mercados: começando pelas cidades vizinhas, indo posteriormente aos centros maiores de dentro do Estado, como Porto Alegre e Pelotas, e, finalmente, ao mercado nacional. Ao longo da República Primeira, gradualmente a problemática da economia colonial foi se assemelhando à mesma da pecuária e das charqueadas: a necessidade de maior influência no mercado do centro do país e, portanto, maior poder de barganha na política nacional. É esta a principal motivação que entendo da postura “geração de 1907” de não aceitar o “isolacionismo”, e de Vargas, em particular – sobretudo de sua coragem de citar Pinheiro Machado como político preferido ao lado de Júlio de Castilhos, quando este era venerado e tido como autoridade última e incontestável em matéria doutrinária dentro do PRR.

Destarte, a economia gaúcha também se transformava e trazia à liça novos segmentos sociais, a exemplo de São Paulo, mas com sua especificidade. Os emergentes eram os

comerciantes das cidades maiores, importadores e exportadores para outras praças nacionais e para o exterior, pequenos banqueiros que surgiam para financiar as atividades econômicas, industriais, principalmente de origem imigrante, enriquecidos com o comércio, e que passavam ao beneficiamento das matérias-primas coloniais: a banha, as farinhas, o vinho. Aparecem ainda as primeiras metalúrgicas e expande-se a produção de tecidos, de chapéus, de cerveja, de móveis, de refrigerantes e de calçados. Em adição, não se pode deixar de mencionar que a relação entre os setores agrários e os industriais emergentes raramente representou conflito aberto. A divisão entre indústrias “naturais” e “artificiais”, corrente à época, não deixava se der uma fórmula ideológica para compatibilizar interesses agrários e industriais. As indústrias naturais eram basicamente as agroindústrias que beneficiavam matérias-primas locais, não precisavam de protecionismo, aproveitavam a barreira dos custos de transporte para vender mais barato que os bens similares importados. Vistas como “extensão” da agricultura, não se antepunham à doutrina maior de que o Brasil possuía vocação agrária – nem, a rigor, à tese das vantagens comparativas no comércio internacional. A crítica direcionava-se às indústrias artificiais – como as de bens de capital e insumos básicos, *v. g.*, a siderurgia – as quais exigiam mão de obra qualificada e maior densidade de capital – fatores escassos no país, e por isso dependentes de protecionismo. Não há como transpor para o contexto brasileiro um imaginário de “luta de classes” entre o setor agrário e o industrial emergente, até porque ambos constituíam partes de uma mesma economia capitalista, assentada no lucro, no trabalho assalariado e na produção para mercado. A relação de parceria entre ambos acompanha as associações de classe: para os capitães de indústria, o setor primário deveria ser estimulado a aumentar a produção e a produtividade, pois se tratava de sua matéria-prima; para o produtor rural, a indústria é por excelência mercado consumidor, seja como produtor de bens da cesta de consumo seja de matérias-primas.

Assim, não há nenhuma contradição entre as origens rurais de Vargas e dos demais membros da “geração de 1907” e a defesa da industrialização. Ao final da década de 1920, o sonho de um Rio Grande pastoril ficava cada vez mais longínquo; a conquista de maior espaço nacional era apregoada tanto pelo governo como pela oposição, que politicamente aproximavam-se com a saída de Borges de Medeiros e a ascensão de Vargas à Presidência do Estado. A possibilidade de um Brasil industrial, principalmente já estava incorporada em boa parte do imaginário das elites civis e militares, dos empresários e dos segmentos urbanos. O desfecho da luta política nacional encarregar-se-ia de criar condições para o próximo passo: a conquista da Presidência da República.

5. Conclusão

Este ensaio procurou mostrar como política e economia associaram-se, em determinadas condições históricas, para propiciar que a “Revolução de 30” partisse do Rio Grande do Sul, ou que deste estado tenham emergido suas principais lideranças deste movimento cujo significado, em seu contexto histórico, representou ruptura com a Primeira República e acenou com novas bases para a economia e para a organização social e institucional, assentadas na industrialização, no mercado interno, na urbanização e – aspecto muitas vezes negligenciado em seu alcance -, no reconhecimento pelo estado da estratificação social e da sociedade de classes (no sentido empregado por Max Weber), cuja principal concreção é a legislação trabalhista.

Os limites definidos pela questão inicialmente proposta no ensaio não invalidam a indagação sobre a possibilidade de que movimento semelhante partisse de outros estados brasileiros, sob outras lideranças, já que a “Revolução de 30” não pode ser reduzida a mera revolta de oligarquias dissidentes com o poder central – haja vista as divisões dentro de São Paulo e Minas Gerais e seus próprios desdobramentos, as profundas conseqüências de âmbito nacional na economia e na política nas décadas de 1930 e 1940. Parece evidente, não obstante, que a confluência de inúmeros fatos e variáveis anteriormente expostos criou certa situação histórica peculiar, difícil de ser repetida ou reproduzida em contextos diversos do gaúcho, e que vão desde a formação intelectual de suas elites até suas circunstâncias políticas internas e as articulações com as elites hegemônicas nacionalmente, bem como as transformações econômicas por que passava, com a integração cada vez maior de sua pecuária e agricultura com o mercado nacional.

Em uma visão de largo prazo sobre os conflitos e a instabilidade política da Primeira República, percebe-se que sua aparente estabilidade assentava-se fortemente em sua peculiar estrutura política que, ao abafar em boa medida os conflitos sociais emergentes, circunscrevia a política oficial às elites – e daí esta vir à tona como se fosse “entre estados”; estes, e não as

classes sociais ou os partidos, transformavam-se nos principais atores. Já na década de 1920 se percebe que ficava cada vez mais artificial a política que emergia *aparentando como se fosse entre estados*, do início da República, para dar lugar a interesses mais diversificados e complexos que começavam a tomar contornos mais nítidos de classe, como ficaria explícito após 1930, com o corporativismo estado-novista e com o trabalhismo.

Neste contexto, tudo sugere que dois agentes possuíam, probabilisticamente, maiores condições para encaminhar mudanças no *status quo* desde dentro (ou seja, deixando de lado a hipótese de uma “rebeldia dos excluídos”): o Exército ou os setores civis dirigentes de estados como o Rio Grande do Sul, que compartilhavam do bloco de poder, mas de forma secundária ou não hegemônica. Os vários movimentos contestatórios e as eleições “disputadas” do período evidenciam que já estava em potência o que os acontecimentos e as articulações do final da década de 1920 encarregar-se-iam de transformar em ato: sua derrubada por políticos civis majoritariamente gaúchos, com o imprescindível aval militar.

Referências Bibliográficas:

BRANDI, Paulo. *Vargas: da vida para a história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: DIFEL, 1977.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930; historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. “Estado, trabalhadores e burguesia (1920-1945)”. In: *Novos estudos CEBRAP*. São Paulo, n.20, p. 6-37, 1988.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *RS: economia e conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

_____. “A Transição Capitalista no Rio Grande do Sul: a Economia Gaúcha na Primeira República”. *Estudos Econômicos*. IPE/USP :v. 15, n. 2, 1985.

_____. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. “A Gênese Regional da Revolução de 1930”. *Estudos Econômicos*. IPE/USP: v. 29, n. 1, 1999.

_____. “As origens e as vertentes formadoras do pensamento cepalino”. *Revista brasileira de economia*. Rio de Janeiro, n. 3, v. 54, 2000.

_____. “Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil”. *Pesquisa & debate*. São Paulo, PUCSP, v. 15, n. 2(26), jul./dez, 2004.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1977.

KOSELLECK, Reinhard. *Futuro passado; contribuição à semântica dos tempos modernos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.

LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

SAES, Décio. *A Formação do Estado Burguês no Brasil. (1888-1891)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

SILVA, Hélio. *1926 – A grande marcha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.

TARGA, Luiz Roberto Pecoits. *Gaúchos & paulistas: dez escritos de história regional comparada*. Porto Alegre: FEE, 1996.

VILLELA, Annibal e SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brasileira*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973.